



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 27 Maio – 2012

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);
Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);

Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas –
Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES);

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista
CNPq/PIBIC).



Observatório de Política Externa Brasileira

Os periódicos analisados pouco abordaram a política externa brasileira durante o mês de maio. Os semanários *Carta Capital* e *Veja* abstiveram-se de fazer comentários sobre o tema. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* comentaram a reação do governo brasileiro diante das medidas comerciais protecionistas da Argentina, ainda que sob lentes diferenciadas. O diário *Folha de S. Paulo*, ao analisar a crise síria, conclamou o Brasil a adotar uma posição mais contundente em relação às violações aos direitos dos civis que vêm ocorrendo naquele país, ao invés de apenas considerar a violência contra a população como inaceitável.

Brasil X Argentina

Os ministros argentinos de Relações Exteriores, Héctor Timerman, e do Comércio Interior, Guillermo Moreno, encontraram-se com autoridades brasileiras no Itamaraty para discutir questões comerciais e medidas protecionistas que vêm sendo apresentadas pelo governo Kirchner.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro, mais uma vez, curvou-se ao protecionismo argentino, aceitando as imposições do ministro Guillermo Moreno. Na reunião, o chanceler Antônio Patriota limitou-se a indicar um cronograma de trabalhos e pontuou que a Argentina não é um obstáculo, e sim, um parceiro estratégico.

Depois de fazer um retrospecto das medidas protecionistas adotadas pela Argentina e das concessões feitas pelo Brasil, o diário alega que a situação requereria alguma ação do governo brasileiro em relação à sua passividade perante as políticas protecionistas do país vizinho. Depois de impor algumas barreiras, o Brasil optou por eliminá-las, após as resoluções da reunião.

Para o jornal, é mais uma rendição, uma vez que, o governo brasileiro deveria, em defesa de interesses da economia nacional e também do Mercosul, exigir o fim de todas as políticas incompatíveis com as normas internacionais e, de modo especial, com uma união aduaneira.



Observatório de Política Externa Brasileira

Na opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*, cada capitulação da diplomacia brasileira estimula a manutenção do protecionismo argentino e, mais que isso, a ampliação periódica das barreiras. O diário considera ainda que é essencial cooperar com a Argentina e discutir, por exemplo, a organização de cadeias produtivas para integrar os sistemas industriais dos dois países. Entretanto, a política seguida pelo governo brasileiro vai na direção oposta, prejudicando a indústria nacional e impedindo o avanço do Mercosul.

O periódico traz ainda outro exemplo da condescendência do governo brasileiro para com os vizinhos argentinos. O governo Dilma Rousseff ofertou uma carta de crédito às exportações argentinas. O valor pode chegar a ser o equivalente ao superávit comercial entre os dois países em 2011. O diário apontou que tal proposta de oferta de crédito ao governo argentino, cuja tentativa é reduzir o protecionismo adotado por aquele país, tem na verdade, provocado o seu aumento e que as medidas aplicadas pelo parceiro mercosulino têm diminuído as importações de produtos de todas as origens, o que acaba prejudicando também sua própria indústria.

Entre os parceiros comerciais, que é o mais importante no Mercosul, mais prejudicados pelo protecionismo argentino, está o Brasil. A consequência direta é a redução da relevância do bloco. Na opinião do periódico, ao adotar medidas de crédito à Argentina, o governo de Dilma Rousseff parece pouco se importar, consentindo com esse cenário que também traz consequências internas, como perda de negócios, aumento do custo logístico e de encargos burocráticos para os empresários brasileiros.

No entanto, o jornal *Folha de S. Paulo*, percebe as ações e medidas protecionistas por parte da Argentina apenas como provisórias, apesar de concordar com o jornal *O Estado de S. Paulo* que elas são lesivas ao Mercosul, ao mesmo tempo que considera compreensível a condescendência brasileira frente à algumas restrições argentinas, dada à importância que o país possui para o comércio brasileiro.



Observatório de Política Externa Brasileira

Na opinião do diário, a ausência de resposta do governo brasileiro às medidas de controle mais rígidas de importações tem decrescido o volume do comércio bilateral e a tendência seria de uma degradação mais ampla ao longo dos próximos meses. O jornal argumenta que a Argentina deveria refletir sobre a situação atual do país e a ineficácia de seu intervencionismo, resultado de falta de investimento.

Para o jornal *Folha de S. Paulo*, pode-se tolerar desvios emergências no livre-comércio do Mercosul, conquanto que essas medidas sejam provisórias e condicionadas à retomada da integração no médio prazo. Há, portanto, a necessidade e a possibilidade de o governo brasileiro reagir aos protecionismos argentinos sem que isso paralise definitivamente o bloco. Apesar desse cenário, o periódico apontou que, ao contrário do que os entraves mútuos entre Argentina e Brasil sugerem, o comércio entre os dois países tem progredido bem.

As opiniões apresentadas por ambos os periódicos indicam uma mudança de expectativa quanto ao governo de Dilma Rousseff em relação ao comércio bilateral Brasil-Argentina demonstrada no início do mandato da atual presidente. Inicialmente, o governo Rousseff foi elogiado pela opinião da imprensa analisada pelo Observatório devido ao fato de não aceitar facilmente medidas de restrição comercial por parte do governo argentino.

Isto mostra, portanto, certa inflexão nos rumos da política regional desenvolvida pelo governo de Dilma Rousseff, apontando para uma política em que prevalece o diálogo e a conciliação nas divergências comerciais entre os dois maiores sócios do Mercosul. Neste sentido, percebe-se que a visão estratégica da Política Exterior brasileira conduzida pelo Itamaraty prevalece em relação às características pessoais da chefe de Estado brasileira.

A postura do país, como bem apontou o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de revelar condescendência em relação ao protecionismo argentino, não implica, contudo, em fraqueza ou rendição por parte do Brasil, mas indica que, mais importante que o comércio bilateral, é a manutenção da parceria política entre os dois países no contexto do regionalismo sul-americano. Por



Observatório de Política Externa Brasileira

outro lado, no que concerne ao âmbito comercial, o Brasil vem constantemente diversificando suas parcerias, como demonstrado, por exemplo, no desenvolvimento da política brasileira para a África, resultando em menor dependência em relação aos parceiros comerciais clássicos.

Entretanto, como afirmam ambos os periódicos, a prática constantes de medidas restritivas ao livre comércio no Mercosul pode resultar em enfraquecimento do bloco, esvaziando seu sentido político-estratégico na América do Sul. Deste modo, como bem aponta o jornal *Folha de S. Paulo*, tais medidas devem ser provisórias e contribuir para o fortalecimento do processo de integração regional.

A Crise na Síria

O Jornal *Folha de S. Paulo* criticou a falta de um posicionamento mais enérgico do Brasil em relação ao massacre de mais de uma centena de pessoas, a maioria delas crianças e mulheres, em Houla, no dia 26 de maio, seguido da morte de mais 120 civis sírios nos dia 28 e 29.

Para o diário, já é hora do país deixar de manifestar apenas preocupação com a situação síria, que segundo o chanceler Antônio Patriota é inaceitável, e começar a exercer pressões e aplicar sanções contra o regime de Bashar Assad, ainda que permaneça contrário às intervenções militares que poderiam desestabilizar ainda mais a região.

O periódico classifica a atitude brasileira de leniente diante da escalada de violência e ao mesmo tempo valida positivamente atitudes de países como Alemanha, Austrália, Bulgária, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido que expulsaram embaixadores e altos diplomatas sírios de seus territórios.

A atuação do Brasil frente a questões humanitárias tem sido questionada pela imprensa de maneira bastante frequente. No entanto, vale ressaltar que o Brasil vem sendo coerente com o princípio da não-intervenção em assuntos



Observatório de Política Externa Brasileira

internos de outros países, o que não significa necessariamente que a política externa brasileira seja indiferente às questões de segurança humana.

Há talvez uma contradição em respeito ao conceito de “responsabilidade de proteger”, que versa que a comunidade internacional teria a obrigação de intervir para defender os cidadãos de um país que não é mais capaz de oferecer proteção ou quando esse próprio Estado é o algoz daqueles a quem deve proteção, pois pode-se criar um massacre maior e/ou buscar definir os rumos do governo ao intervir.

Esse caráter paradoxal já vem sendo criticado pela diplomacia brasileira. Até mesmo em novembro de 2011, o Brasil propôs uma revisão do conceito para a “responsabilidade ao proteger”, apontando que existem deveres e princípios que os países que intervêm devem cumprir. Portanto, não seria coerente se o governo brasileiro apoiasse uma intervenção no caso sírio, que apresenta muito mais variáveis que o da Líbia.

Questões como estas, por serem complexas e levarem em conta não só a necessidade, mas também a relação de interesses internacionais, sempre levantam debates e levam certo tempo para serem implementadas. Mesmo quando os interesses internacionais estão conjugados a favor de uma intervenção ou imposição de sanções, estas têm um grande potencial para piorar o conflito. A posição brasileira de não adotar uma postura mais dura em relação ao regime sírio não parece ser leniente, mas mostra certa prudência em relação às consequências da adoção de medidas que tenham no uso da força seu principal signo.

Referências:

Folha de S. Paulo – Opinião – **Barreiras no Mercosul** – 10/05/2012;
Folha de S. Paulo – Editorial – **Caminho contra Damasco** – 30/05/2012;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Pagando para Apanhar** – 07/05/2012;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **O Brasil se rende a Moreno** – 21/05/2012.